

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA EDUCAÇÃO

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de maio do ano de 2009 (dois mil e nove), nesta cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, na sala das Promotorias de Justiça de Defesa da Educação, às 09h00min, na presença dos Excelentíssimos Senhores Promotores de Justiça, Dr. FRANCISCO ELNANTAN CARLOS DE OLIVEIRA, Dr. JOSÉ AURÉLIO DA SILVA, Dr. ANTÔNIO GILVAN DE ABREU MELO e a Dra. ELIZABETH MARIA ALMEIDA DE OLIVEIRA, presidindo os trabalhos, estiveram presentes, a Exma. Secretária de Educação do Estado do Ceará, Sra. MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO, o Exmo. Deputado Estadual, Sr. NELSON MARTINS, a presidente do Sindicato APEOC, Sra. MARIA DA PENHA MATOS ALENCAR, o assessor para assuntos jurídicos do Sindicato APEOC, Sr. FRANCISCO REGINALDO FERREIRA PINHEIRO, a diretora de formação político sindical/SINDIUTE, Sra. MARIA VALDECIR ABREU DE PAULA, a diretora de formação sindical/SINDIUTE, Sra. ANA CÉLIA CARACAS DA ROCHA, o presidente da CUT, Sr. FRANCISCO JERÔNIMO NASCIMENTO.

Inicialmente, após os cumprimentos de estilo, esclareceram os Promotores de Justiça que a presente audiência tem por escopo, a união esforços visando um entendimento para o fim do movimento paredista deflagrado pelos professores da rede estadual de ensino.

Após esclarecimentos, sendo a todos oportunizado o uso da palavra, restaram as seguintes propostas:

1- Os representantes do Sindicato APEOC propõem a implantação da progressão horizontal no mês de junho de 2009, com efetiva mudança de nível; O Governo do Estado se manifestou na reafirmação que o pagamento foi feito até junho de 2009 e se comprometeu a implantar a progressão horizontal (mudança de nível) no mês de julho do ano fluente, ressaltando que a implantação imediata da progressão não repercutirá financeiramente para o Estado, tendo em vista já ter sido feito o pagamento em forma de abono/adiantamento;

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a 1/4 defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)

M



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA EDUCAÇÃO

- 2- No que concerne ao plano de carreiras, ficou estabelecido que será criada uma comissão, de imediato, após suspensão da greve, com representantes da Secretaria de Educação do Estado e dos Sindicatos, para discussão do referido plano e, somente, será encaminhado para aprovação no segundo semestre do ano em curso;
- 3- No tocante ao reajuste de 19,2% proposto pelo Sindicato APEOC; o Governo do Estado sinaliza com aumento diferenciado, acima da inflação, para os professores de conformidade com o que vem ocorrendo nos anos anteriores; o percentual a ser implantado a partir de 1º de julho do ano em curso (data-base), está sendo objeto de estudo;
- 4- O Sindicato APEOC reivindica concurso público para professores e servidores; O Governo do Estado se manifestou que foram criadas 4 (quatro) mil vagas para professores, com expectativa de Edital para o dia 30 de junho de 2009; que está em pauta a realização de concurso para servidores administrativos, com previsão de duas mil vagas, sendo que ainda não foram criadas as vagas, tendo em vista algumas especificidades a serem analisadas;

Diante das informações linhas atrás mencionadas, ficou deliberado que:

O Sindicato APEOC se compromete a submeter ao crivo da Assembléia que se realizará no dia 29 de maio de 2009, quando na oportunidade está prevista a presença do Excelentíssimo Governador do Estado do Ceará.







MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE DEFESA DA EDUCAÇÃO

Nada mais foi dito, deu-se p Cleilson Araújo Camara trabalhos, lavrando o presente termo devidamente assinadas por todos os	presentes.
ELIZABETH MARIA ALMEIDA DE OLIVEIRA - Promotora de Justiça	ANTÔNIO GILVAN DE ABREU
FRANCISCO ELNANTAN CARLOS DE OLIVEIRA - Promotor de Justiça	JOSÉ AURÉLIO DA SILVA Promotor de Justiça
MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA Secretário da Educação Básica NELSON MARTINS DEP. Estudual - Lider do Governo MARIA DA PENHA MATOS ALENC Presidente Sindicato APEOC	do Estado o na AL/CE

O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a 3/4 defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127)

Assessor Assuntos Jurídicos do Sindicato APEOC